INFORMATIVO CJ-USP LICITAÇÕES Nº 3

Consultoria Jurídica, 25 de outubro de 2010.

A QUESTÃO DO FRACIONAMENTO FRAUDULENTO

Objetivando assegurar a observância dos princípios que regem as licitações públicas, em especial a impessoalidade, a publicidade, a eficiência e a economicidade, é necessário que a Administração planeje as suas compras.

Disso decorre que o administrador, ao escolher a modalidade de licitação ou dispensá-la em razão do pequeno valor (art. 24, incisos I e II, da Lei 8.666/1993), deve considerar o valor total dos bens e serviços que possam ser licitados em conjunto, mesmo que adquiridos separadamente. Essa é a regra inscrita no artigo 23, § 2º, da Lei de Licitações:

Art. 23, §2º - Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

Assim, dividir o objeto para dispensar a licitação ou para realizá-la em modalidade menos rigorosa é fraudar a Lei.

Chama-se a atenção para três hipóteses de fracionamento proibidas pela Lei n.º 8.666/1993.

Em primeiro lugar, os serviços contínuos. Quando o objeto for executado de forma contínua a contratação pode atingir até 60 (sessenta) meses (artigo 57, II, Lei 8.666/1993). Nesses casos, o valor que servirá de referência para a escolha de modalidade licitatória ou para o enquadramento no limite de dispensa por pequeno valor deverá abranger o total de sessenta meses.

Em segundo lugar, nas aquisições de bens, recomenda-se que as compras não sejam divididas com a finalidade de enquadrar o valor da contratação no limite de dispensa por pequeno valor nem com o intuito de adotar uma modalidade licitatória menos rigorosa.

Enfatize-se que a compra pode ser realizada de forma fracionada. O que se proíbe é o fracionamento da despesa que acarrete dispensa de licitação ou adoção de modalidade licitatória menos rigorosa. Nesse sentido, estabelece o art. 24, inciso II:

Art. 24, II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Em terceiro lugar, recorda-se que, nas contratações para a *execução de obras*, a necessidade de abertura de licitação e a escolha da modalidade apropriada devem ter como parâmetro o valor da totalidade do objeto a ser licitado. Nesse passo, se a contratação tiver como objeto i) parcela de obra anteriormente executada ou ii) obra de natureza semelhante a outra a ser executada no mesmo local, deve-se optar pela modalidade licitatória que abranja o montante do conjunto total das obras.

Em suma, esta Consultoria recomenda que, quando houver necessidade de fracionamento da despesa, a escolha do procedimento para a contratação seja baseada no valor da *totalidade do objeto* a ser contratado.

**Consultoria Jurídica
Área de Licitações e Contratos**